




DA REPRODUÇÃO DAS OSTRAS AOS QUESTIONAMENTOS DO CORPO SEXUADO

FROM THE REPRODUCTION OF OYSTERS TO THE QUESTIONS OF THE SEXUATED BODY

DE LA REPRODUCCIÓN DE LAS OSTRAS A LAS PREGUNTAS DEL CUERPO SEXUADO

Lynna Gabriella Silva Unger¹

Lívia de Rezende Cardoso²

 10.21665/2318-3888.v9n17p14-40

RESUMO

Neste artigo, trazemos à cena uma sala de aula de biologia ocupada pela curiosidade e questionamentos a respeito da forma de reprodução das ostras. A partir de uma experiência etnográfica em uma escola em Aracaju-SE, aqui, traremos apenas o recorte de uma pesquisa, com a exploração de uma das cenas vivenciadas em campo que nos convida a refletir sobre os entrecruzamentos de corpo, sexualidade e o chão escolar. O objetivo é expor como esses movimentos operam na relação corpo-saber que envolvem as discursividades que fazem circular, produzir, normalizar, estranhar e desconstruir sentidos a respeito da sexualidade. Tomamos como referência os estudos pós-críticos, especificamente os estudos de gênero e os estudos culturais pós-estruturalistas, onde nos alinhamos ao pensamento analítico de Michel Foucault para visualizarmos as discursividades pelas quais os sujeitos-corpos significam e (re)produzem sentidos em suas relações. Nessas problematizações, debruçamo-nos sobre as relações de saber-poder que tem como marcadores sexualidade e gênero na história do corpo, articulando-as aos fragmentos de narrativas que perpassam o presente trabalho. Assim, tecemos reflexões a respeito dos engendramentos de corpos sexuados e generificados, bem como destacamos os estranhamentos e as possibilidades de espaços e saberes outros que esses corpos fazem circular no chão escolar contemporâneo.

Palavras-chave: Educação. Sexualidade. Relações de Poder. Contradiscursos.

¹ Doutoranda em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). E-mail: lynnaunger@gmail.com.

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: livinha.bio@gmail.com.

ABSTRACT

In this article, we bring to the scene a biology classroom occupied by curiosity and questioning about the reproduction of oysters. Based on an ethnographic experience at a school in Aracaju-SE, here, we will only bring the clipping of a research, with the exploration of one of the scenes experienced in the field that invites us to reflect on the intersections of body, sexuality and the school floor. The objective is to expose how these movements operate in the body-knowledge relationship involving the discourses that circulate, produce, normalize, find strange and deconstruct meanings about sexuality. We take post-critical studies as a reference, specifically gender studies and post-structuralist cultural studies, where we align ourselves with Michel Foucault analytical thinking to visualize the discursivities by which the subject-bodies signify and (re)produce meanings in their relations. In these problematizations, we focus on the knowledge-power relations that have sexuality and gender as markers in the history of the body, articulating them to the fragments of narratives that permeate the present work. Thus, we weave reflections on the engendering of sexed and gendered bodies, as well as highlighting the strangeness and possibilities of spaces and other knowledge that these bodies circulate on the contemporary school floor.

Keywords: Education. Sexuality. Power relations. Contradiscourses.

RESUMEN

En este artículo traemos a escena un aula de biología ocupada por la curiosidad y las preguntas sobre cómo se reproducen las ostras. Partiendo de una experiencia etnográfica en una escuela de Aracaju-SE, aquí, solo traemos el recorte de una investigación, con la exploración de una de las escenas vividas en el campo que nos invita a reflexionar sobre las intersecciones del cuerpo, la sexualidad y la sexualidad. el piso de la escuela. El objetivo es exponer cómo operan estos movimientos en la relación cuerpo-conocimiento que involucran los discursos que circulan, producen, normalizan, encuentran extraños y deconstruyen significados sobre la sexualidad. Tomamos como referencia los estudios poscríticos, específicamente los estudios de género y los estudios culturales postestructuralistas, donde nos alineamos con el pensamiento analítico de Michel Foucault para visualizar las discursividades mediante las cuales el sujeto-cuerpo significa y (re) produce significados en sus relaciones. En estas problematizaciones, nos enfocamos en las relaciones conocimiento-poder que tienen la sexualidad y el género como marcadores en la historia del cuerpo, articulándolos a los fragmentos de narrativas que impregnan el presente trabajo. Así, tejemos reflexiones sobre la engendramiento de cuerpos sexuados y genéricos, además de resaltar la extrañeza y posibilidades de los espacios y otros saberes que estos cuerpos circulan en el piso escolar contemporáneo.

Palabras clave: Educación. Sexualidad. Relaciones de poder. Contradiscursos.

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa de doutoramento em desenvolvimento, em que discutimos modos pelos quais os corpos significam, apreendem e vivenciam o currículo e as relações que os permeiam num cenário escolar aracajuano. Aqui, traremos apenas um recorte dessa pesquisa, com a exploração de uma das cenas vivenciadas em campo que nos convida a refletir sobre os entrecruzamentos de corpo, sexualidade e o chão escolar. Nesse sentido, o campo empírico que subsidia tal pesquisa foi realizado numa escola de Ensino Médio (EM) da rede pública de Aracaju-SE, uma instituição de ensino estadual de referência, localizada na zona oeste do município. Nesta região urbana há espaços de circulação de comércio e áreas culturais acessíveis, como igrejas, teatros e praças. A comunidade atendida na escola é bastante heterogênea, oriunda de diversos bairros do município, com o predomínio de bairros periféricos que são atendidos pela oferta de transporte escolar gratuito, disponibilizado pela rede estadual de ensino. Ao adentrar na referida escola, depois da apresentação e autorização da instituição de ensino para realização da pesquisa, foi feito um sorteio para eleger qual das turmas regulares de EM seria acompanhada para o desenvolvimento da vivência etnográfica. Convém pontuar que todo e qualquer contato com os sujeitos participantes foi subsidiado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de autorização de pesquisa na instituição escolar, conforme protocolo de ética e pesquisa (res. 510/2016/CNS).

Durante o período de observação do chão escolar, que durou 9 meses, todos os encontros eram registrados e transcritos em diários de campo. Sua empregabilidade torna-se substancial para a pesquisa. Em suas passagens, são inúmeros relatos, memórias, sensações do que fora vivenciado nesses encontros e registrado, de modo que em cada registro colocamos o local onde acontecia a situação, a data e a descrição dos sujeitos envolvidos em cada vivência partilhada, detalhando-os minuciosamente, tal como salienta Pires (2011), os diários podem ser exclusivamente descritos, mas devem ser exaustivamente minuciosos, pois serão imprescindíveis no processo de rememoração e análise do trabalho de campo através da leitura do diário. Para a análise, tomamos como referência os estudos pós-críticos, especificamente os estudos de gênero e os estudos culturais pós-estruturalistas. Partimos, assim, de uma experiência etnográfica alinhada ao

pensamento analítico de Michel Foucault para visualizarmos os conjuntos de práticas pelas quais os sujeitos-corpos são submetidos aos mais variados agenciamentos, ao passo que criam espaços de questionamentos e produção de saberes outros.

É válido mencionar que a inspiração no pensamento foucaultiano como lente teórica-analítica que norteia nosso olhar não se pretende jamais chegar “à ‘verdade’ dos fatos, mas sim a uma leitura, uma possibilidade, entre outras, de exploração” (MOREIRA, 2004, p. 1). Nessa direção, os percursos trilhados para (re)compor as reflexões desta pesquisa se dá a partir da observação e da escuta, que nos permitem perceber várias possibilidades de abertura que o tema propicia se tivermos ouvidos abertos e tato sensível para perceber que “sempre há outras leituras possíveis, perspectivas novas” (LARROSA, 2009, p. 27). Há que se ressaltar que este movimento de reflexão no trabalho de campo da etnografia é que potencializa o estranhamento de situações que, por ora, parecem familiares, permitindo a interpretação a partir da perspectiva de análise assumida. De tal forma procedemos e buscamos, nesse exercício de escrita, dar um “passo atrás” e isso:

requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2002, p. 24).

Isso implica, em termos metodológicos, focalizar na construção do saber a partir da problematização, “como certo modo de perguntar, interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa.” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 18). Outrossim, na esteira metodológica da perspectiva pós-crítica, recorreremos a alguns instrumentos da caixa de ferramentas de Michel Foucault (1988; 2004; 2013), como discurso, regimes de verdade e dispositivo da sexualidade. Esses conceitos nos lançam a refletir sobre os modos de subjetivação, relações de poder, diferença e multiplicidade, discurso como produtor de práticas, objetos e sujeitos e a compreensão do próprio sujeito como efeito de linguagens – “o sujeito passa a ser aquilo que dele se diz” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 29) – pressupostos e premissas que as pesquisas constituídas pelo aporte deste campo devem posicionar-se como rigorosas e inventivas na busca de pensar o impensado. Sobretudo, a

linguagem como produtora das relações estabelecidas entre a cultura, corpo, conhecimento e poder; a educação como um conjunto de processos pelos quais os indivíduos tornam-se sujeitos de uma cultura; a interpretação e a problematização de determinadas políticas como gramáticas e, ainda, a compreensão de artefatos culturais e tecnologias de poder como elementos que incidem nos modos de subjetivação dos sujeitos e, por conseguinte, nas formas de organizações sociais (MEYER; PARAÍSO, 2012).

Por isso, dizemos que bons encontros compõem o campo desta pesquisa. Bons encontros são aqueles capazes de gerar abalos, deslocamentos, arrebatamentos (DELEUZE, 2002) nos quais estão à força de uma feitura que mergulha nos acontecimentos e se propõem a constituir-se no caminho. Assim, apostamos na potência dos bons encontros para problematizar a discursividade (re)produzida nas relações vivenciadas no chão da escola. Nesse sentido, Deleuze (2002) sublinha que cada corpo carrega um grau de potência e esse grau corresponde ao nível de poder de ser afetado. Isso diz da possibilidade de ser afetado em uma relação e de ser preenchido por essas afecções. No escopo dos muitos encontros-potência em que os corpos se compõem na relação com o outro de forma a acrescentar a sua potência de existir, o que implica ativar a capacidade de se afetar com os acontecimentos, de intensificar os modos de viver entre os deslocamentos e a presença de si em si, aqui destacamos um desses registros feitos no diário de campo, que nos interpela reflexões acerca das regulações, controle e estranhamentos ao corpo. Um convite para deixar de enxergar o corpo humano apenas na sua condição orgânica e individual, passando a reconhecê-lo também enquanto um fenômeno social, cultural e histórico, que se constitui em relação às mais diversas representações e imaginários (LE BRETON, 2006).

É, pois, nesse movimento de deslocamento de olhar que a escrita deste artigo se fundamenta, a partir das experiências de estranhamento de corpos que fora vivenciadas em campo. Assim, o objetivo é expor como esses movimentos operam na relação corpo-saber que envolvem as discursividades que fazem circular, produzir, normalizar, estranhar e desconstruir sentidos a respeito da sexualidade. Para tal, apresentaremos, nas seções que seguem, o excerto do diário de campo que detalha a experiência provocada por um questionamento regado à curiosidade sobre a forma de reprodução das *ostras* e

os diálogos decorrentes, bem como algumas bases conceituais que contornam sentidos aos discursos acionados a partir das questões levantadas. Nessas problematizações, convém, portanto, debruçar um pouco mais sobre as relações de saber-poder que tem como marcadores sexualidade e gênero na história do corpo, a fim de que, juntamente com os fragmentos de narrativas que perpassam o presente trabalho, possamos apresentar reflexões a respeito dos engendramentos de produção de corpos sexuados e generificados.

2. Uma invasão de ostras, biologia e cultura na cena escolar

Estávamos na aula de biologia, em que o professor iniciou o assunto do filo dos moluscos, pois trabalhava na unidade referente ao reino animal, especificamente dos invertebrados. Ao falar sobre os moluscos, o professor mencionou que estes animais eram muito apreciados na gastronomia e que, especialmente em nossa cidade, havia um alto consumo de alguns deles, como por exemplo, as lulas e as ostras. Quando uma voz entusiasmada surge do meio da sala: “-Professor, é verdade que as ostras podem mudar de sexo?” Instantaneamente, a turma reage à pergunta, alguns riem, a maioria manifesta certa expressão de curiosidade com a questão, outros até chegam a comentar, antes mesmo da resposta do professor: “-ó, as ideias do maluco!” O professor responde à questão levantada: “-Então, sim. Há uma alternância, na verdade. Elas alternam entre ser machos e fêmeas a depender da estação, as ostras podem produzir espermatozoides ou óvulos.” Diante da confirmação dada pelo professor, o estudante que fez a pergunta reage: “-Ah, é assim que elas mudam de sexo, que massa!” Outra estudante retruca: “Então professor, quer dizer que nenhuma ostra é fêmea ou macho pra sempre?” Uma outra estudante complementa: “-cara, eu tô chocada como para ostras é tão simples mudar de sexo e aqui os humanos complicam tanto. E ainda dizem que a gente é mais evoluído, como pode?”. Enquanto toda a turma se envolve na discussão diante do assunto levantado, o professor pondera sobre as questões: “-Então galerinha, é que essa denominação de sexo aqui é estritamente biológica, né? O que eu quero dizer é que essa é uma definição que fica ligada somente à reprodução e ao que determinado animal produz nesse processo, daí a classificação das ostras como animais que mudam de sexo, mas é isso, só em relação à reprodução, uma definição limitada. Em cada caso, cada espécie de animal é um caso.” A estudante então replica: “Ou seja prof, a ostra não tem sexo fora da reprodução?” E o professor reage prontamente: “-Olha, eu nunca pensei por esse aspecto, é uma questão interessante. Eu sinceramente não me arrisco a definir se sim ou se não. A gente pode pesquisar e falar mais em outra aula. Mas também, volto a dizer, acho que o principal é a gente entender que isso é uma definição meramente biológica o que a gente tá falando das ostras.” (Diário de campo, 25/10/2019).

Um espaço de aula sobre um tema aparentemente sem maiores contestações foi lugar de curiosidade, onde coube questionamentos sobre a possibilidade de mudança dos corpos, uma vez classificados como sexuados, não enquanto algo dado, mas enquanto uma disputa que abrange processos complexos, porém passíveis a transformações. Vivenciamos, nesse encontro-potência, a aula de biologia se transformar em lugar de produção de dissidência no pensamento comum sobre o sexo, um reconhecimento verbal, exposto, debatido em coletivo que traz à baila nossos corpos marcados, regulados, controlados pelos sentidos limitados atribuídos ao sexo em nossa sociedade. De forma singela e sem roteiros, inesperados questionamentos passam a surgir nesse espaço, fazendo ecoar potentes reflexões a respeito da conformação dos corpos.

São tantos pontos a se debruçar que, talvez, um primeiro fio a seguir seja a potência do ato de questionar e os deslocamentos que são possibilitados por tal prática. Podemos perceber as aberturas que a simples curiosidade que moveu a questão inicial levantada na aula – *“Professor, é verdade que as ostras podem mudar de sexo?”* – mobilizou ao pôr sob rasura certos sentidos engendrados e massivamente reproduzidos a respeito do assunto que veio à tona, ainda que a princípio falássemos de ostras. Isso implica a possibilidade de estranhar sentidos outrora familiarizados, pouco questionados. Um exercício substancial para possíveis ressignificações e construções de sentidos outros, como aponta Louro (2010, p. 14):

Talvez devêssemos nos perguntar, antes de tudo, como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma “marca” definidora da identidade; perguntar, também, quais os significados que, nesse momento e nessa cultura, estão sendo atribuídos a tal marca ou a tal aparência.

É justamente esse o exercício que vimos acontecer naquela aula, um nítido processo de deslocamento no qual o estranhamento se torna material por meio da discussão empreendida, onde os significados e as marcas identitárias que o sexo atribui aos corpos em nossa cultura são problematizados. A movimentação desses saberes nos permite falar sobre o paradigma da abordagem da sexualidade em educação a partir da afirmação da diferença, pois a observamos acontecer nos discursos que circularam na vivência apresentada em que o sexo é o disparador para pensarmos a relação corpos-educação-

diferença, lançando suspeitas sobre o campo epistemológico que o sustenta e sobre a pretensa evidência de naturalidade desses temas inventados. Para isso, é preciso ter em vista a compreensão da cultura como uma rede de práticas e representações como textos, imagens, conversas, códigos de comportamentos, que influenciam a vida social, para além da simples soma de costumes, amplia a visão dessa esfera como uma prática singular, mas que está perpassada por diferentes práticas sociais (HALL, 1997).

O discente que fez o questionamento inicial toma a palavra e interrompe a fala do professor momentaneamente e declara: “Eu tô ligado nisso que o senhor tá querendo dizer sobre a capacidade de alternar o sexo que nem as ostras. Porque a parada pra gente que é humano não é se é possível ou não mudar o sexo, até tem as cirurgias. Só que não é isso que complica, é mais a questão de que parece que não pode fazer isso, como se isso não pudesse ser uma escolha mesmo tendo como, mesmo sendo possível, né? Aí a gente vê exemplos que acontecem em outros animais que mostram que isso é comum para outras espécies, mas esses exemplos nunca são usados para mostrar que poderia ser simples essas mudanças aqui pra gente também. Tá ligado?” Outra estudante emenda a reflexão e acrescenta: “É que com a gente esperam que a gente corresponda sempre ao mesmo sexo do nosso corpo, não temos essa facilidade das ostras que não são as mesmas coisas pra sempre, bem longe disso a gente tá, uma parada sinistra.” O professor então retoma a palavra: “-Então pessoal, de ostras para nós humanos tem uma série de fatores envolvidos. Eu entendo essas questões que vocês estão levantando, pelo visto as palestras da eletiva de direitos humanos estão surtindo um bom efeito, né? Mas, a gente precisa fazer alguns recortes aí com algumas comparações, pela limitação de algumas definições como estava falando com vocês. Tanto é que vocês mesmo sabem que quando a gente tá falando de relações humanas não dá para se guiar apenas com o biológico, né? A coisa é mais complexa, tem muitas outras coisas envolvidas que nos definem e vocês tão bem ligados nisso pelo visto, o que é muito bom. O sexo para nós não tem só sentido reprodutivo, esse é um ponto, não dá para definir só por esse aspecto.” Uma estudante volta a se manifestar: “- Sim, então, isso de ter várias coisas envolvidas a gente tá ligado, mas é isso que podia ser mais fácil, sabe? Muitas dessas coisas, tipo o nome, a gente viu lá na palestra que o nome social é um direito, mas ainda tem gente aqui na escola que chama a Lin³ pelo outro nome que tá nos diários e ela já falou que não se identifica. Seria mais simples se as pessoas pudessem entender que, tipo, e daí que ela pode produzir espermatozoide biologicamente, se ela que ser chamada de Lin, se é assim que ela se sente representada é isso e pronto. Não é uma escolha o sexo dela, como a moça falou na palestra, é uma questão maior de se sentir mesmo, é a identidade dela e só ela sabe como sente. Mas, o nome é uma escolha, tá ligado? Mesmo que ela reproduza espermatozoide, isso não quer dizer o que ela é, como ela se sente, para ninguém, né? A gente não

³ Uma discente da turma que se identifica como mulher trans*

é só isso.” Muitos da turma manifestam concordância com a fala da colega e um dos estudantes menciona: “Seria massa se a Lin tivesse na sala nessa aula, né? Alguém sabe onde ela tá? Vamos contar a ela das ostras!” Um clima descontraído toma conta da sala e outro discente complementa: “Prof, se quiser fazer a AS (avaliação semanal) só sobre ostras e mudança de sexo, pode fazer que o assunto vai tá na ponta da língua, risos!” [...] Antes que a discussão pudesse continuar, o sinal toca e encerra esta aula! (Diário de campo, 25/10/2019).

Nesses fragmentos de diálogo, é possível visualizar estudantes e docente reivindicar o lugar do cultural na discussão. Ao reconhecer a centralidade da cultura, podemos conceber que treinamos nossos sentidos a todo momento para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como se apresentam corporalmente, pelas condutas e gestos que empregam e pelas diversas formas com que se expressam. E mais, perceber que a escola atua como lócus privilegiado para esse treinar de sentidos (LOURO, 2010). Convém também pontuar que quando falamos em representações aqui elas são entendidas não mais como reflexo da realidade, mas como formas diversas de nomear, descrever e situar, conforme Bujes (2002, p. 22) destaca, pois, “os modos como as pessoas ou eventos são representados nas instituições molda e modela as formas como os sujeitos envolvidos concebem a si, aos outros e ao mundo em que estão inseridos”. Quando pensamos em representação na perspectiva pós-crítica estamos interpretando-a como a forma pela qual os significados dão sentido, organizam e posicionam as diferenças, os sujeitos, as identidades em um processo de caráter social, político e histórico. Isto implica pensar nas representações como uma questão de poder, como armas de luta, como uma construção linguística em que se apresentam batalhas definidoras de criação e de legitimação de significados específicos, transcendendo de uma preocupação pela verdade ou essências para uma inquietação política (SILVA, 2007).

Afinal, transcendemos a pretensa busca pela verdade no instaurar da questão disparadora para o reconhecimento de que nossos corpos não podem ser limitados à mera reprodução e/ou existência de determinados órgãos genitais – “a gente não é só isso”, e assim, nos direcionamos às inquietações políticas-sociais que tangenciam a construção de corpos sexuados. Esse processo possibilita questionarmos, apoiadas pelo pensamento foucaultiano, que condições tornaram possível a manifestação de uma verdade sobre a sexualidade, e mais, nomearam todas as expressões que fogem a essa lógica como

“desviante”, “não hegemônica”, “não recomendada” entendida como representativa da diferença sexual? Pois bem, para refletirmos sobre essa questão faz-se necessário voltarmos aos processos históricos que atravessam a produção de saberes, sentidos, regulações e controle dos corpos.

2.1 Sobre o sexo das ostras

Foucault (1988) evidencia o corpo moderno controlado e produzido pelo dispositivo de sexualidade que configura e inventa corporeidades em meio a jogos de saber-poder. Assumindo essa perspectiva, destacamos saberes médicos e jurídicos que produzem práticas, prazeres e sentimentos e que disputam para mapear a vida em todos os seus aspectos, em verdades que legitimam um existir universal. Ao falar da história do corpo, em atenção à Idade Clássica, Courtine (2013), a partir de um entrecruzamento teórico com Foucault, discorre a respeito do deslocamento do saber sobre o corpo e da constituição de sua leitura marcada pelo “paradigma do indício” e pela tradição médica atrelada à astrologia. O autor analisa a emergência progressiva entre o final do século XVI e durante o XVII de uma nova imagem do corpo para responder “a um conjunto de exigências de legibilidade do corpo, simultaneamente científicas e sociais, teóricas e práticas, eruditas e populares” (COURTINE, 2013, p. 47-48). Naquele contexto histórico, havia o controle das atitudes, gestos e expressões, intensificado no século XVII com a prescrição de condutas na vida civil a todos os segmentos sociais. Assim, “o corpo visível entrou em um espaço abstrato de uma representação escrita” para “regular e homogeneizar as percepções”, convertendo o olhar em discurso e criando uma “cartografia do corpo” em que a educação do comportamento pelo domínio do corpo tornou-se questão de grande relevância (COURTINE, 2013, p. 76).

Mas, antes disso, já havia um regime de visibilidade atrelado ao corpo. Para Laqueur (2001), o que conta ou não como evidência para interpretar o corpo esteve contingenciado, não necessariamente pela diferenciação corporal, mas pela produção de uma retórica, uma linguagem específica para enunciar tais diferenças. O autor pontua que,

antes do século XVII, no isomorfismo, sexo e gênero existiam referidos ao modelo de “sexo único”, o corpo era compreendido como continuidade e a diferença. Ao longo do tempo, emerge o modelo de “dois sexos” que passou a ser entendido em termos de “espécie” e “deu lugar, no final do século XVIII, a um novo modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica. Uma anatomia e fisiologia de incomensurabilidade substituiu uma metafísica de hierarquia na representação da mulher com relação ao homem” (LAQUEUR, 2001, p. 17). Vale lembrar que, os regimes de visibilidade contemporâneos foram se modificando desde meados do século XVII pelo desenvolvimento epistemológico e por circunstâncias políticas. Laqueur (2001) destaca que, o “sexo oposto” é produto do final do século XVIII em que o dimorfismo radical encontrou condições propícias para proliferar. Em suas palavras, o autor discorre que

As novas formas de interpretar o corpo não foram consequência de um maior conhecimento científico específico; resultaram de dois grandes desenvolvimentos distintos analíticos, mas não históricos: um epistemológico, outro político. No final do século XVII, em certos contextos específicos, o corpo não era mais visto como um microcosmo de uma ordem maior, na qual cada partícula da natureza é posicionada dentro de várias camadas de significação. [...] Mas a epistemologia sozinha não produziu dois sexos opostos; isso ocorreu em certas circunstâncias políticas. A política, amplamente compreendida como competição de poder, criou novas formas de constituir o sujeito e as realidades sociais dentro das quais o homem vivia. Falar em tom sério sobre sexualidade era, inevitavelmente, falar sobre a ordem social que ela representava e legitimava (LAQUEUR, 2001, p. 22).

Há que se ressaltar que, na demarcação dessa esfera, o discurso médico contribuiu largamente para a constituição da polaridade normal-patológico, saúde-doença para o processo de ordenação da “tecnologia do sexo” e para a montagem do corpo sexuado. Para Foucault (1988), a formação do dispositivo da sexualidade e seu desenvolvimento se deu por meio de quatro grandes estratégias que se desdobram no século XIX: a sexualização da criança, histerização da mulher, especificação dos perversos e regulação da população, de modo que a família desempenha papel capital nesse processo. Desde o século XVIII a família passou por um processo de reinvenção, sendo concebida como local de recentramento do dispositivo da sexualidade, em que os afetos, os sentimentos e o amor se tornariam práticas obrigatórias. Um deslocamento que manteria um ordenamento

social por meio de tecnologias de controle para gestão da população através dos casamentos, dos nascimentos, dentre outras esferas.

Cecarelli (2012) sublinha que um dos elementos que contribuiu diretamente para a gestão da população por meio das tecnologias de controle foi a influência da tradição judaico-cristã no processo de cristalização de expressões da sexualidade no Ocidente. Nessa seara, as práticas sexuais passaram a ser atreladas ao casamento monogâmico, procriativo, heterossexual e patriarcal, ganhando uma “cristalização no âmbito estatal, jurídico, político, educativo, econômico e social, constituindo uma grande teia de normatividade que regula a vida de sujeitos e cidadãos” (LIZARDO DE ASSIS, 2012, p. 148). Instaure-se assim, um modelo normativo, que se torna referência para nomear, descrever, classificar tais práticas, produzindo um discurso social de que existe uma sexualidade normal, natural, legítima, que, embora subordinada aquela tradição, transforma as vivências da sexualidade em categorias identitárias a partir das quais a prática heterossexual emerge como o referente de normalidade, afinal *“a parada pra gente que é humano não é se é possível ou não mudar o sexo, até tem as cirurgias”*.

É a vida regulamentada pelo dispositivo da sexualidade, sendo a noção de biopolítica formulada por Foucault (1988) uma importante ferramenta para compreensão dos investimentos empreendidos por esse dispositivo que, com a matriz heterossexual, produz fluxos permanentes de construção identitária e institui práticas e relações educativas difundidas nos mais diferentes espaços e tempos. São artefatos pedagógicos que atuam por meio de práticas discursivas e não discursivas, disputando espaço no processo de subjetivação, uma vez que *“a questão de que parece que não pode fazer isso, como se isso não pudesse ser uma escolha mesmo tendo como, mesmo sendo possível, né?”* circula amplamente como noção referencial. Convém pontuar que entendemos por matriz heterossexual os regimes de verdade que tomam a heterossexualidade e as dicotomias de gênero como referência hegemônica às demais expressões de sexualidade, e para as expressões de gênero que escapam às atribuições naturalizantes e essencialistas de feminino e masculino. Todavia, nos cabe também salientar que consideramos inconcebível tal linearidade, pois acreditamos que as diferenças de sexo e de gênero refletem o “produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades

normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas” (PRECIADO, 2014, p. 21).

Nesse contrato estabelecido, o interesse do mercado, a moral cristã e a cultura heteronormativa são alguns dos demarcadores das fronteiras que se articulam para regular a experiência de “visibilidade” e de “aceitabilidade” das vivências do corpo sexuado, as quais sofrem um processo de hierarquização, reiterado, legitimado e invisibilizado pela fixação de um modelo identitário tornado norma e colocado como matriz de significação (SILVA, 2011), justamente aquela noção capiciosa de que parece que não podemos empreender e/ou assumir determinadas práticas. Essa é uma fixação que não se limita ao binário macho-fêmea/hetero-homo como possibilidade de vivências e identificação sexual. Ainda que já reconheçamos certos limites dessas designações – *“uma definição limitada”*. Contudo, ainda assim somos educados a pensar a diferença numa perspectiva universal e de homogeneização. São muitos os investimentos para manter o modo como as diferentes experiências da sexualidade são concebidas na sociedade, conforme Cecarelli (2012) sinaliza, há um processo de ontologização ou fixação de um padrão identitário que naturaliza a existência de sujeitos hetero, bi ou homossexual como algo dado, a-histórico. Uma verdade fixada como universalmente válida em que tais experiências hegemônicas são excludentes.

No esforço histórico em sedimentar tais verdades sobre os corpos, Giannattasio (2012) identifica três perspectivas referidas ao corpo: sua negação pelo ascetismo, o movimento de afirmação de sua potência explicativa e a filosofia trágica. Respeitadas as peculiaridades das duas primeiras, podemos considerar que em ambas o corpo teve sua presença mitigada. Para o autor, contemporaneamente mais que negação, há um esforço de captura, tendo sido tratado como espectro que se alterna entre evidência e estigmatização, deixando o dualismo seu legado para a história do corpo. Larrosa (2004) acrescenta que, se a negação do corpo impõe certo corpo, também a restauração do corpo impõe certos corpos. Do mesmo modo que o retorno da linguagem se produz mediante a imposição de certas linguagens. E, no entanto, dentro ou ao redor das instituições educativas, continuam proliferando os corpos inassimiláveis e/ou resistentes, bem como, continuam proliferando as linguagens inassimiláveis e/ou resistentes. Em contrapartida,

Giannattasio (2012) destaca que na filosofia trágica, o corpo é compreendido como “ponto de encontro”, “território de negociação” atravessado por sensações, percepções, pulsões, instintos, e em contato com a consciência; nunca reduzido a qualquer entidade metafísica, tampouco subjugado ao biológico. Tal como reivindicado na fala da estudante, “*Seria mais simples se as pessoas pudessem entender que, tipo, e daí que ela pode produzir espermatozoide biologicamente, se ela que ser chamada de Lin, se é assim que ela se sente representada, é isso e pronto*”.

A filosofia trágica muito contribui para lançarmos outras lentes para legibilidade do corpo. É por esse caminho que Laqueur (2001) se dedica a exposição de como os corpos foram e são construídos discursivamente e do sexo enquanto produção específica, contextual, situacional, tendo em vista que o discurso da diferença sexual emerge e se consolida, tornando-se o referencial a partir do qual as noções do corpo foram empregadas, de maneira que fixa na cena discursiva a retórica ancorada na diferenciação biológica, promovida por uma ciência que não só investiga como constitui a irreduzível distinção e oposição entre os sexos. Nesse ponto, temos que concordar com a estudante – “*E ainda dizem que a gente é mais evoluído, como pode?*” A despeito, Laqueur (2001, p. 23) reflete que

[...] não tenho interesse em negar a realidade do sexo ou do dimorfismo sexual como um processo evolucionar. Porém desejo mostrar, com base em evidência histórica, que quase tudo que se queira dizer sobre sexo - de qualquer forma que o sexo seja compreendido - já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder. [...] Nós nos mantemos em suspenso entre o corpo como uma massa de carne extraordinariamente frágil, sensível e passageira, que todos nós conhecemos bem - bem demais - e o corpo tão profundamente ligado aos significados culturais que não é acessível sem mediação (LAQUEUR, 2001, p. 23).

Outro ponto que devemos admitir é o quão (re)conhecemos a dimensão frágil, sensível, transitória do corpo e sua indissociabilidade das tessituras culturais. Ainda que tenhamos efeitos da produção de um corpo subsidiado no modelo dimórfico, o qual reserva ao pênis, à vagina e aos seios um estatuto de verdade, um signo de caráter ontológico, de modo que “a verdade última das condutas será buscada no corpo” (BENTO, 2006, p. 109). Todavia, caminhamos por estranhamentos que criam rasuras nessa pretensa verdade e nos lança

a outras lentes e saberes para o (re)conhecimento do corpo. Tanto o Laqueur, quanto o professor de biologia já notaram isso – *“vocês mesmo sabem que quando a gente tá falando de relações humanas não dá para se guiar apenas com o biológico, né? A coisa é mais complexa, tem muitas outras coisas envolvidas que nos definem e vocês tão bem ligados nisso pelo visto, o que é muito bom”*. É, de fato, muito bom, pois é a partir desse reconhecimento de que o delineamento das fronteiras sexuais e do gênero demandou a produção de um discurso científico mobilizado para significar os corpos e produzir uma realidade corpórea, por tempos, limitada a uma verdade una do sexo, que podemos romper com esses engendramentos.

Embora tais discursos ainda reverberem largamente no tecido social, talvez possamos fazer do reconhecimento um primeiro passo para pensar em nossa dificuldade, enquanto sociedade, em lidar com a diferença sem a perceber como algo ameaçador. Para Bento (2006, p. 116), essa *“luta para a construção de uma leitura dos corpos baseada na diferenciação radical entre os corpos sexuados se impõe hegemonicamente no século XIX, propiciando a emergência de novas subjetividades e novas identidades coletivas”*. Se, desde meados do século XIX, já havia mobilização para a produção de subjetividades outras e ainda seguimos na tentativa de assegurar esses espaços de criação, é indício que *“isso de ter várias coisas envolvidas a gente tá ligado, mas é isso que podia ser mais fácil, sabe?”* É aí que reside a importância de reconhecermos as amarras histórico-culturais que cerceiam nossos corpos, nossas subjetividades. Cecarelli (2012, p. 89) reflete que

Aceitar que o outro possa ser diferente abala nossa verdade, e mostra que a verdade é sempre a verdade de cada um, o que desvela a ilusão da existência de uma identidade última e absoluta, e revela que nossos referenciais são construções com tempo de vida limitado. [...] Dito de outra forma: o ser humano possui uma sexualidade. E essa sexualidade, devido à singularidade da história de cada um, terá um destino particular: não há uma única maneira que se proponha certa, única e universal para as manifestações da sexualidade.

Para além de nos lançar ao reconhecimento das múltiplas formas de ser e viver, captar os regimes de visibilidade que vão conformando legibilidade as nossas existências nos remete a pistas de como o sexo se mantém enquanto dispositivo de controle até os tempos atuais, ao passo que também se torna disparador e envolve os próprios corpos em debates e reflexões das relações que os constituem.

2.2 “Nenhuma ostra é fêmea ou macho pra sempre?”

Ao nos debruçarmos brevemente sobre alguns dos processos e marcadores históricos que atravessam os corpos, podemos estabelecer como entendimento comum que, o discurso sobre o sexo produz e reproduz o poder. Mais que isso, “falar tanto de sexo, organizar tantos dispositivos insistentes para fazer falar dele, mas sob estritas condições, não é prova de que ele permanece secreto e que se procura, sobretudo, mantê-lo assim?” (FOUCAULT, 1988, p. 35). Não é a nossa intenção aqui elencar provas se o sexo se mantém ou não em território secreto, mas seguiremos a problematizar os deslocamentos e outras possibilidades de olhar que o implica nas fronteiras da transitoriedade e mutabilidade. Por que não aproveitamos a analogia das ostras para refletirmos sob a condição provisória que também envolve o sexo. É possível ressignificar os sentidos do “pra sempre” nos domínios discursivos do sexo? O próprio Foucault (1988, p. 35) também indaga “não seria para incitar a falar, para sempre levar a recomeçar a falar nesse tema que, nas fronteiras de todo discurso atual, ele é exibido como o segredo que é indispensável desencavar – uma coisa abusivamente reduzida ao mutismo, ao mesmo tempo difícil e necessária, preciosa e perigosa de ser dita?”

São justamente essas linhas tênues de dizeres sobre o sexo que podemos vislumbrar quando ele se torna objeto de fala. Não obstante, voltemos ao cenário da aula de biologia vivenciada. Lá, temos reações que evidenciam o potencial secreto que ainda tecem o emaranhado discursivo do sexo, seja pelo mutismo que tal tema propaga – “*ó, as ideias do maluco!*”, seja pelo potencial profícuo ou perigoso do que foi dito – “*Ou seja prof, a ostra não tem sexo fora da reprodução?*”, ou ainda, pela sua necessidade – “*Seria massa se a Lin tivesse na sala nessa aula, né? Alguém sabe onde ela tá? Vamos contar a ela das ostras!*”. É notório, a partir dos deslocamentos que essas questões proporcionam, como a sexualidade pode fluir pelas relações de poder, não apenas enquanto elemento rígido, mas como instrumento que pode ser acionado como manobras e/ou pontos de apoio e de articulação para outras estratégias. Não que isso exclua o exercício de poder em seus mecanismos de interdições, de condição das diferenciações, atuando também como produtor de desigualdade entre os corpos, empenhando-se na inserção dos discursos

sexuais em estratégias globais a partir das relações que servem como suporte e como ponto de fixação (FOUCAULT, 1988). Como ressalta Foucault,

Trata-se, antes de mais nada, do tipo de poder que exerceu sobre o corpo e o sexo, um poder que, justamente, não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição: ao contrário, que procede mediante a redução das sexualidades singulares. Não fixa fronteiras para a sexualidade, provoca suas diversas formas, seguindo-as através de linhas de penetração infinitas. Não a exclui, mas inclui no corpo à guisa de modo de especificação dos indivíduos. (FOUCAULT, 1988, p. 46).

É importante não perdermos de vista que, a dispersão e a proliferação de discursos sobre a sexualidade, assim como a emergência de inúmeras sexualidades marginais desde o final do século XVIII, não suscita liberação, em contrapartida, expõe como as múltiplas formas em suas penetrações infinitas são alvo do desejo de captura nos processos de especificação dos indivíduos. Conforme Foucault (1988, p. 48) reflete: “o fato de poderem aparecer à luz do dia será o sinal de que a regra perde o seu rigor?”. E ressalva: o que é cambiante é a forma de poder exercido que se desdobra, recorta, movimenta-se estrategicamente e põe em ação uma nova economia geral dos discursos. Houve e há a construção discursiva das sexualidades, assim como de seus efeitos (FOUCAULT, 1988; LOURO, 2001). Afinal, a produção da sexualidade é

o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 99).

Faz-se mister atentarmos para a emergência e constituição da legitimidade da sexualidade também como uma construção histórica, que é também agenciada pela cultura, sobretudo pela tradição judaico-cristã, produzindo efeitos inclusive na composição epistemológica ocidental sobre a subjetividade e sobre os corpos. Revel (2011) sublinha que tal legitimidade trata-se de um conjunto de tecnologias sociais que põem em circulação um investimento biopolítico nos corpos, nos afetos, no desejo e na sexualidade. Por isso, é importante falarmos em produção, não legitimação da sexualidade dita desviante, até porque nosso pensamento foi educado pelas formulações binárias e

universalizantes. Neste caso, podemos falar em produção da abjeção, sendo esta inconciliável com a ideia de legitimação das sexualidades dissidentes, considerando que é um discurso construído segundo as leis de um sistema jurídico que a inventa e a conserva (FOUCAULT, 1988).

Não à toa – *“Muitas dessas coisas, tipo o nome, a gente viu lá na palestra que o nome social é um direito, mas ainda tem gente aqui na escola que chama a Lin pelo outro nome que tá nos diários e ela já falou que não se identifica”*. É na tentativa de romper com essa produção de legitimidades discriminatórias e excludentes ainda tão sedimentadas nas relações sociais que, com Butler (2008, p. 96), compreendemos que “a regulação produz o objeto que vem regular; a regulação regulou antecipadamente aquilo que ela vai ver maliciosamente apenas como o objeto de regulação”. Alinhada ao pensamento foucaultiano, Butler (2003) nos ajuda a compreender que os discursos impõem realidades e possibilidades aos corpos, e, uma vez marcados enquanto corpos sexuados, ganham materialidade e inteligibilidade segundo normas:

o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla. Assim, o “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas (BUTLER, 2003, 153-154).

Essas imposições do ideal regulatório que abrange o sexo são explicitamente sentidas e vivenciadas em nosso cotidiano, contudo, cabalmente podemos dizer que no contemporâneo elas não são mais relegadas ao silêncio ou a invisibilidade. Pelo contrário, elas são verbalizadas, refletidas – *“esperam que a gente corresponda sempre ao mesmo sexo do nosso corpo, não temos essa facilidade das ostras que não são as mesmas coisas pra sempre, bem longe disso a gente tá...”*. De certo, não temos a facilidade das ostras, mas é fato que já estivemos mais longes. Butler (2014) ressalta que normas pressupõem atos estilizados que dão inteligibilidade aos corpos. Essas práticas são como performances: atos que produzem e reproduzem normas e que têm como efeito a invenção de uma linearidade entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais. Portanto, os efeitos de linearidade de um corpo “a ‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ não são

características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas.” (BUTLER, 2003, p.38).

As performances ratificam diferenciações entre corpos sexuados, fazendo-os legíveis na concepção de diferença dicotômica. Macho/fêmea, masculino/feminino, homem/mulher, são reiterados em pressupostos de uma totalidade que se complementa e, nesse ínterim, impõe eliminações de outros possíveis. Scott (1989) já pensava essa diferença de corpos por meio do conceito gênero, possibilitando a compreensão, através dessa categoria de análise, de corpos sexuados produzidos em relações de diferenças sempre conectadas em processualidades históricas e políticas. Para Butler (2003) a dicotomia do gênero e sexo funciona como duas entidades separadas estrategicamente para pensar gênero como construção social, porém deixando o sexo como estrutura pré-discursiva e a-histórica. Em contraponto, a autora enfatiza o caráter discursivo do sexo e rejeita as noções associadas às essências pré-discursivas ou a construção em cima de uma forma fixa, e propõe a ideia de performance como produção de realidades corporais por meio de repetições de atos estilizados (BUTLER, 2014).

Preciado (2018) alia-se à concepção de Butler de performance como repetição de atos que dão inteligibilidade a um corpo e discorre acerca dos processos de produção tecnopolítica de corpos genereficados orientados em uma matriz heterossexual, ressaltando que o sistema sexo/gênero é uma tecnologia de poder: “um centro somato-político para produção e governo de subjetividade” (PRECIADO, 2018, p.78). O autor salienta a substancialidade da diferença feita carne e nos direciona a visualizar este corpo-carne performativo, material, maleável, dobrável. Uma carne que rasga a relação linear feminino/masculino dos gêneros, pois

“O gênero não é simplesmente performativo (isto é, um efeito das práticas culturais linguístico-discursivas) como desejaria Judith Butler. O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico. Foge das falsas dicotomias metafísicas entre o corpo e a alma, a forma e a matéria. Sua plasticidade carnal desestabiliza a distinção entre o imitado e o imitador, entre a verdade e a representação da verdade, entre a referência e o referente, entre a natureza e o artifício, entre os órgãos sexuais e as práticas de sexo. O gênero poderia resultar em uma

tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais” (PRECIADO, 2014, p. 29).

O poder em jogo funciona, justamente, naturalizando essa plasticidade carnal ao fabricar corpos endurecidos, visivelmente reconhecidos pelas suas marcas de gênero e sexualidade. Entretanto, embora seja alto o investimento na produção de sentidos que vão nomeando corpos com úteros, vaginas, pênis, testículos; esses signos só vão funcionar como uma referência dentro de uma maquinaria de reprodução classificatória de dicotomias de gênero e sexualidade. O sexo, o gênero, o corpo escapam a essas falsas dicotomias, tal como sublinha Preciado, tal como acontece nas salas de aulas – *“essa denominação de sexo aqui é estritamente biológica, né? [...] Em cada caso, cada espécie de animal é um caso. [...] Eu sinceramente não me arrisco a definir se sim ou se não. [...] Então pessoal, de ostras para nós humanos tem uma série de fatores envolvidos. Eu entendo essas questões que vocês estão levantando, pelo visto as palestras da eletiva de direitos humanos estão surtindo um bom efeito, né? [...] Mas então, o sexo para nós não tem só sentido reprodutivo, esse é um ponto, não dá para definir só por esse aspecto”*. Se, por muito tempo, a escola foi palco de silenciamentos diante das imposições de sexo e gênero, hoje a escola também se constitui enquanto maquinaria de estranhamentos, ressignificações, sentidos outros. Podemos notar circular neste espaço discursos que não mais aceitam uma perspectiva única e universalizante. Conforme Butler (1998) observa:

Em primeiro lugar, uma tal noção totalizadora só poderia ser alcançada ao custo de produzir novas exclusões. O termo “universalidade” teria de ficar permanentemente aberto, permanentemente contestado, permanentemente contingente, a fim de não impedir de antemão reivindicações futuras de inclusão. Com efeito, de minha posição e de qualquer perspectiva historicamente restringida, qualquer conceito totalizador do universal impedirá, em vez de autorizar, as reivindicações não antecipadas e inantecipáveis que serão feitas sob o signo do “universal”. Nesse sentido, não estou me desfazendo da categoria, mas tentando aliviá-la de seu peso fundamentalista, a fim de apresentá-la como um lugar de disputa política permanente (BUTLER, 1998, p. 22).

Assim, vemos a escola, a sala de aula, os corpos que habitam este cenário se reinscrevendo enquanto lugar-espço de disputa permanente de sentidos outrora arraigados. Ainda que seja um espaço tímido, no que se refere aos rompimentos com as tessituras discursivas que sustentam a sistematização de corpos e modos de existir hegemônicos, marcados por

uma esperada equivalência entre sua identidade de gênero e seu sexo biológico. Afinal, sabemos que – *“esperam que a gente corresponda sempre ao mesmo sexo do nosso corpo”*, entre outros muitos enfrentamentos decorrentes, uma vez que a sociedade heteronormativa organiza suas expectativas sociais a uma coerência linear e relacional entre corpos nos designando ao “para sempre”. É uma relação política que orquestra e gerencia a vida, uma biopolítica que produz corpos (MISKOLCI, 2014). Todavia, também sabemos que o processo de rompimento com estas invenções, fabricações, implicam na desmontagem de uma estrutura fundamentada em um sistema patriarcal, profundamente assimétrico e polarizado.

O que abordamos até aqui foram os mecanismos que enquadram e inscrevem os corpos em jogos de verdades expondo que os modos de ser designados a sexo e gênero não se essencializam em uma matriz biológica ou significante como estruturas pré-discursivas, mas se constituem em uma ontologia social. Nos somamos a Butler (2015), que propõe o conceito de enquadramento para pensar projetos políticos de visibilidade e dizibilidade que enquadram, legitimam e fazem inteligíveis corporeidades outras. Sem perder de vista a ontologia da vida como vivível em intrínseca dependência de uma historicidade política, entendemos que, “ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social.” (BUTLER, 2015, p.15). Nos parece que, o reconhecimento de que a desconstrução da dita normalidade não acarreta automaticamente sua extinção é um pressuposto que podemos visualizar ao considerarmos o corpo sexuado como questionável, enquanto performance de modos de vidas que podem alternar entre a sexualidade dita periférica e também a normativa, desafiando os processos regulatórios que disputam à visibilidades, as singularidades e a fixação da vivência da experiência do sexo de forma universal.

Nessa linha de pensamento, Preciado (2014) advoga que, ao invés do sexo, o sujeito fale sobre o corpo (em sua totalidade) e que o corpo fale sobre o sujeito. Com isso, o autor salienta que a contrassexualidade se apresenta como prática de desconstrução sistemática da naturalidade com que se apresentam as práticas sexuais e o sistema de gênero e também o complexo de relações entre os corpos com os saberes inscritos além das condições reguladas pela normalidade, afinal nossos corpos extrapolam. Ora, é, pois,

essa inversão que os estudantes fizeram acontecer ao tecer as interpelações que provocaram um rico debate naquela aula. Talvez, ainda que sem intenção, a experiência relatada daquela aula nos expõe uma aula de práticas de contraprodutividade discursiva a compor estrategicamente resistências por meio da produção de sentidos alternativos acerca do poder exercido pelo dispositivo da sexualidade. Como disse Foucault (2005, p. 241), “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha ‘de baixo’ e se distribua estrategicamente”. É, pois, nesse movimento, que cria-se outras possibilidades.

Lembramos de Haraway (2009) que cria a figura do ciborgue para dar conta de uma pós-humanidade que se faz em redes e que extrapola dicotomias entre corpo/máquina, individual/social: sem pontos de origem, ou sujeitos atuantes, mas em conexões. Acreditamos que o sexo, o gênero, as subjetividades se perdem em meio a agenciamentos que se conectam em variadas historicidades, localidades e tecnologias e anunciam possíveis de linhas de fugas à vista, formas de enfrentamento frente ao processo de disciplinarização dos corpos, de normalização de gênero, da produção de sua sexualidade, pois – *“A gente não é só isso.”*

Antes que o sinal toque, algumas questões...

“Prof, se quiser fazer a AS (avaliação semanal) só sobre ostras e mudança de sexo, pode fazer que o assunto vai tá na ponta da língua, risos!”. Ao tecer algumas reflexões ao longo deste artigo, chegamos aqui com a sensação de que novos enredos estão na ponta da língua ao falarmos sobre sexo no ambiente escolar contemporâneo. Os questionamentos levantados pelos estudantes, o envolvimento da turma, bem como a abertura concedida pelo professor nos permitem visualizar a materialidade das linhas de fugas e a potência da criação de outros saberes/significados a circular neste espaço. Foram bons encontros, onde cada um dos envolvidos pode (re)significar modos de ver a sua própria forma de existir e sentir. No plano da imanência, em que todos nós nos situamos, tal como Deleuze (2002) destaca, quando um corpo encontra outro corpo, uma ideia, as duas relações compõem-se para formar um todo mais potente. Ora, é o que há de mais surpreendente e

explorável no corpo: os conjuntos de partes vivas que o compõem, segundo leis complexas. Quando um corpo encontra outro e estes se compõem, quando uma ideia encontra com outra, sentimos alegria – e também podemos sentir tristeza, se um corpo ou uma ideia ameaçam nossa própria coerência. Assim, podemos afirmar os corpos enquanto modos, enquanto relações complexas entre velocidade e lentidão, que podem afetar e ser afetado, e não por sua forma, seus órgãos ou funções. É exatamente por afetar e ser afetado que um corpo se define em sua singularidade (DELEUZE, 2002).

O entrecruzamento dos afetos vivenciados naquela aula cria, para si e para educação, um outro panorama de construção do modo de entender questões relacionadas aos corpos sexuados e, não obstante, desmontam, rompem com engessamentos, recompõem esse espaço. Seguindo com o entendimento de que a rede das relações de poder forma um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, pudemos visualizar também a pulverização dos pontos de resistência que atravessa as estratificações sociais a partir de práticas micropolíticas, como o ato de estranhar, questionar (FOUCAULT, 1988). Assim, observamos que o debate empreendido faz ressoar outras discursividades que estranha, questiona, desconstrói e remonta sentidos não apenas a respeito do paradigma da diferença sexual dos corpos, mas também busca visualizar, dentro dos limites que temos de experiências e saberes, as rupturas que se tornaram possíveis dentro deste modo de governo de vidas. São movimentos imprevistos, mas que se tornam acontecimentos potentes dentro das estruturas pré-moldadas de ensino, do esperado para uma aula e, muitas vezes, também das expectativas da educação.

Nesse processo, trazemos à baila o reconhecimento que o corpo é superfície de inscrição, é o marco zero da vida, é nele que os caminhos e os espaços se cruzam. Partilhamos de uma inspiração Foucaultiana para pensar o corpo: “meu corpo [...] não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos” (FOUCAULT, 2013, p. 13). Pensar nesses lugares possíveis implica em traçar outra dinâmica ao conceber o corpo para além das questões relacionadas às possibilidades de transgressão e subversão das posições identitárias, capaz de provocar desarranjos, deslocamentos em posicionamentos já consolidados. Considerar as instabilidades das normas e das resistências na produção da existência, no exercício de assumir o paradoxo como aquilo

que nos permite pensar o corpo além de sua polarização. Seriam esses lugares possíveis reais? Aqui, entram em cena perspectivas discursivas da diferença em contínua tensão com os distintos jogos de poder. Todavia, acreditamos que há lugares possíveis para todos aqueles que escapam aos imperativos da biopolítica contemporânea.

Todos aqueles que não podemos compreender e com os que não sabemos o que fazer. Nós damos a palavra ao corpo e queremos escutá-lo, mas, às vezes, é o corpo quem toma a palavra (ou a palavra a que toma o corpo) para dizer, de uma forma intolerável, tanto os limites do que se pode dizer como os do que nós queremos (ou podemos) ouvir. Ninguém sabe o que pode um corpo (LARROSA, 2004, 174).

Ninguém sabe o que pode um corpo, mas sabemos que “*a gente não é só isso*”, bem como, “ninguém pode dizer de nós”, serão sempre definições limitadas, talvez esse seja o ponto. Se nos voltarmos à história, os gregos de Homero não tinham uma palavra específica para designar a unidade do corpo. A palavra grega para falar do corpo só aparece para designar o cadáver. Foram os cadáveres que ensinaram aos gregos que eles tinham corpos, corpos com formas, espessuras e que ocupavam lugares no mundo (FOUCAULT, 2013). Já assumimos aqui que o corpo se inscreve em um paradoxo, pois ele mesmo também é o contrário de uma utopia. Não se pode descolar-se do corpo, não se pode deixá-lo onde está e ir para outro, corpo, outro lugar. Até Foucault (2013, p. 7) poetizou: “posso até ir ao fim do mundo, posso, de manhã, sob as cobertas, encolher-me, fazer-me tão pequeno quanto possível, posso deixar-me derreter na praia, sob o sol, e ele estará sempre comigo onde eu estiver. Está aqui, irreparavelmente, jamais em outro lugar”. Da utopia, do lugar que não existe, para os lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou ressignificá-los: eis que surgem as heterotopias, estas são contraespaços.

Nos parece que os corpos que estão na escola nos tempos atuais conhecem bem esses lugares, não só conhecem, criam, reconfiguram, os torna possíveis no chão escolar. Os estudantes produzem seus próprios contraespaços: são os corredores, os pátios, o fundo da sala, a própria sala de aula, estes lugares reais fora de todos os lugares, ainda que parciais, contingentes. Foucault (2013) aponta que cada sociedade pode ser reconhecida pelas heterotopias que prefere, através das heterotopias que constituem. Os povos

originários, por exemplo, têm lugares privilegiados ou sagrados e até mesmo os proibidos. Em nossa sociedade, entretanto, estes lugares parecem ainda se limitar aos indivíduos em “crise biológica” (os asilos, os cemitérios), mas aos poucos tendem ao desaparecimento. Estas heterotopias de crise, heterotopias biológicas, estão sendo substituídas por heterotopias do desvio.

As heterotopias do desvio são lugares que a sociedade dispõe em suas margens, nas paragens vazias que a rodeiam, lugares reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à norma exigida. São os lugares não-nomeados, ocupados por aqueles considerados ininteligíveis ou que, no mínimo, os que desorganizam noções engendradas, como de sexo-gênero (FOUCAULT, 2013). Bem, ainda não temos uma opinião elaborada sobre – “ostra não tem sexo fora da reprodução?”. Mas, reconhecemos que somos parte de um paradoxo, corpos utópicos, corpos feitos de diferenças que se materializam na carne, ainda que saibamos de sua plasticidade, corpos lugares ao qual estamos inseparavelmente confinados, mas que nos possibilitam criar outros mundos, outros sentidos dentro e fora de nós mesmos e assim – sermos corpos heterotopias.

Referências

BENTO, Berenice. **A reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. A invenção do eu infantil: dispositivos pedagógicos em ação. **Revista Brasileira de Educação [online]**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 17-39, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300003>. Acesso em: 07 maio. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n.11, p.11-42, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>. Acesso em: 23 maio. 2021.

BUTLER, Judith. Inversões sexuais. In: PASSOS, Izabel C. Friche. **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BUTLER, Judith. Gender Regulations. In: BUTLER, Judith. Undoing Gender. New York, London: Routledge, 2004. Tradução de Cecília Holtemann. **Cadernos Pagu [online]**, n. 42, p. 249-274, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>. Acesso em: 13 maio. 2021.

CECARELLI, Paulo Roberto. A invenção da homossexualidade. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 2, n. 02, p. 71 – 93, nov. 2012.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

DELEUZE, Gilles. A Imanência: uma vida... Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. **Educação & Realidade**, v. 27, n. 2, p. 10-18, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/31079/19291>. Acesso em: 02 maio. 2021.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: Edições n-1, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GIANNATTASIO, Gabriel. **O corpo em Sade e Nietzsche: ou, quem sou agora?** Londrina: EDUEL, 2012.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade [online]**, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 07 maio. 2021.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. In: TADEU, T. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero, dos gregos a Freud**. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação [online]**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: maio. 2021. <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2021.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LARROSA, Jorge. Ler em direção ao desconhecido. Para além da hermenêutica. In: LARROSA, Jorge (Org.). **Nietzsche e a educação**. Tradução de Semiramis Gorini da Veiga. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Editora Vozes; 2006.

LIZARDO DE ASSIS, Cleber. Teoria queer e a Resolução CFP Nº 01/99: uma discussão sobre heteronormatividade versus homonormatividade. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 5, n. 06, p. 145 – 156, nov. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem. [online]**, v. 9, n.2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012> . Acesso em: 13 maio. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 7-34.

MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy. **Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MISKOLCI, Richard. Estranhando as ciências sociais: notas introdutórias sobre teoria queer. **Florestan**, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 8-25, nov. 2014.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. O pensamento de Foucault e suas contribuições para a educação. **Educação & Sociedade [online]**, v. 25, n. 87, p. 611-615, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200014> . Acesso em: 23 maio. 2021.

PIRES, Flávia Ferreira. Roteiro sentimental para o trabalho de campo. **Cadernos de Campo [online]**, v. 20, n. 20, p. 143-148, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/36794>. Acesso em: 5 ago. 2021.

PRECIADO, B. Paul. **Manifesto contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N - 1 Edições, 2014.

PRECIADO, B. Paul. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. Tradução para o português de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 12ª ed., pp. 73-102, 2011.

Recebido: 29.05.2021

Aprovado: 30.06.2021